

LEI COMPLEMENTAR Nº 68, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2022.

“REGULAMENTA A CONCESSÃO DE ADICIONAL PARA ATIVIDADES PENOSAS, INSALUBRES E DE PERICULOSIDADE AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS”.

Daniel Pereira do Couto, Prefeito Municipal de Itapeva – Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - A concessão do adicional de insalubridade, de periculosidade e de atividade penosa aos servidores públicos da administração direta obedecerá às normas estabelecidas nesta Lei.

§ 1º - O servidor sujeito a mais de uma das condições de trabalho previstas neste artigo optará pelo adicional correspondente a uma delas, vedada em qualquer hipótese acumulação.

§ 2º - A concessão do adicional dependerá de adequação das atividades às normas reguladoras (NR) decorrentes da Lei Federal 6.514 de 22 de dezembro de 1977, depois da realização de perícias de identificação e classificação da insalubridade e a caracterização da atividade perigosa e penosa a que esteja sujeito o servidor.

Art. 2º - O servidor submetido às condições de trabalho insalubre, perigoso ou penoso faz jus à percepção do adicional com base nos seguintes critérios:

I - INSALUBRE: 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento) sobre o salário-mínimo nacional vigente, segundo se classifiquem nos graus máximo, médio e mínimo, respectivamente;

II - PERIGOSO OU PENOSO: 30% (trinta por cento) sobre o salário-mínimo nacional vigente.

Art. 3º - O pagamento dos adicionais de que trata esta Lei cessa com a eliminação das condições de trabalho que lhe deram causa, ou com o afastamento do servidor do ambiente que contenha condições de insalubridade, periculosidade ou penosidade.

Art. 4º - Para o fiel cumprimento desta lei poderão ser realizadas, periodicamente, novas inspeções no local de trabalho e reexames das concessões dos adicionais sob pena de suspensão do respectivo pagamento.

CHEFIA DE GABINETE

Art. 5º – A parcela paga a título de insalubridade, periculosidade ou penosidade não integrará os proventos de licença-médica, licença-prêmio, aposentadoria, disponibilidade e pensão por morte do servidor.

Art. 6º. O Art. 68 da Lei Municipal nº 529, de 27 de Dezembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 68. Os servidores tem direito a adicional para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma de lei específica.” (NR)

Art. 7º. Revoga-se a Lei Complementar Municipal 46/2019.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2017.

Itapeva/MG., 24 de novembro de 2022

Daniel Pereira do Couto
Prefeito Municipal

CERTIDÃO

Certifico que o presente ato foi registrado no Livro de Registro de Portarias, e publicado no Quadro de Avisos e Publicações da Prefeitura Municipal.

Prefeitura do Município de Itapeva, 24 de novembro de 2022.

ALEXANDRE RIBEIRO DE PATTO
CHEFE DE GABINETE